



Editais PSPP 1405/2021 GCP

Parecer Técnico

Interposição:
Recurso Administrativo

Recorrente:
SONDA PROCWORK INFORMÁTICA LTDA

1. Contextualização	2
1.1. Objeto	2
1.2. Chamamento público	2
2. Razões e contrarrazões de recurso	2
2.1. Tempestividade das razões	3
2.2. Síntese das razões	3
2.2.1. Do fato:	3
2.2.2. Dos fundamentos:	3
2.2.3. Do pedido:	4
2.3. Tempestividade das contrarrazões.....	4
2.4. Síntese das contrarrazões	5
2.4.1. Dos fatos:.....	5
2.4.2. Dos fundamentos:	5
2.4.3. Dos pedidos:.....	5
3. Parecer Técnico	5
3.1. Quanto ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório	6
3.2. Quanto ao princípio do julgamento objetivo e isonomia	6
4. Conclusão	7

1. Contextualização

O processo de seleção de parceiros para oportunidades de negócio visa à escolha do parceiro privado que reúna as características adequadas para a formação de parceria com potencial de gerar o melhor retorno para o SERPRO.

Este relatório tem por objetivo apresentar as razões, contrarrazões e o parecer técnico do recurso administrativo interposto pela interessada recorrente SONDA PROCWORK INFORMÁTICA LTDA, sobre o resultado classificatório do chamamento público para seleção de parceiro privado nº 1405/2021.

1.1. Objeto

O edital PSPP nº 1405/2021 teve como objeto, na forma do art. 17 do Regulamento de Contratação de Parcerias em Oportunidades de Negócio do SERPRO, realizar chamamento público destinado a selecionar pessoa jurídica de direito privado, adiante chamadas de interessadas, para, em parceria com o SERPRO, explorar oportunidade de negócio de Solução de Gestão de Contratos e Processos (GCP).

1.2. Chamamento público

O edital PSPP nº 1405/2021 foi publicado em 25/11/2021 com prazo até 24/12/2021. Como resultado da realização do chamamento público, a interessada PENTAGONO TECNOLOGIA DA INFORMACAO EIRELI obteve a maior pontuação nos requisitos de qualificação técnica e, por isso, restou selecionada para, em parceria com o SERPRO, explorar oportunidade de negócio de Solução de Gestão de Contratos e Processos.

C	Interessada	Autodeclaração Interessada		Validação Serpro		Qualificação Técnica
	Razão Social	%	PTS	%	PTS	
1º	Pentagono	100%	60	100%	60	Qualificada
2º	Sonda	82%	49	82%	49	Qualificada

Tabela 1: resultado classificatório do chamamento

2. Razões e contrarrazões de recurso

Nesta seção, será apresentada a síntese das razões de recurso interposto pela interessada, a síntese das contrarrazões apresentadas e o parecer técnico emanado pela Comissão Especial.

A íntegra das razões e contrarrazões de recursos consta anexo ao Processo Eletrônico publicado no sítio do Serpro (<https://www.serpro.gov.br/consultas-publicas/sede/1405-2021>).

7.1 Contra o resultado da seleção, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados de sua publicação, poderá ser apresentado recurso administrativo.

7.2 A respeito do recurso administrativo apresentado por uma interessada, poderão ser interpostas contrarrazões pelas demais interessadas, no prazo indicado em 10.1, contado da data em que se deu publicidade ao recurso administrativo.

7.3 Os recursos administrativos ou as suas contrarrazões deverão ser enviados exclusivamente de forma eletrônica, para o e-mail parceria-gcp@serpro.gov.br com a apresentação concomitante das suas respectivas razões, até às 23h59 do último dia do prazo.

2.1. Tempestividade das razões

Considerando o prazo de 14/01/2022 a 21/01/2022 para interposição de razões de recurso administrativo, constata-se que o recurso interposto pela interessada recorrente devidamente encaminhado na data limite de 21/01/2022, foi tempestivo.

2.2. Síntese das razões

Em suas razões recursais, a interessada recorrente SONDA PROCWORK INFORMÁTICA LTDA alega:

2.2.1. Do fato:

- a. *“Da análise efetuada pelo SERPRO, [...] concluiu-se que a PENTAGONO auferiu a porcentagem máxima na classificação (100%), por se entender que “as evidências apresentadas foram suficientes para comprovar o atendimento integral dos requisitos”.*
- b. *“[...] a PENTAGONO não observou todas as normas do edital, sobretudo no que diz aos requisitos do ANEXO B - FORMA E CONTEÚDO DA PROPOSTA TÉCNICA E SEUS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO.”*
- c. *“Não obstante esses fatos, a Interessada Recorrida ainda assim foi classificada em primeiro lugar no chamamento público, o que fere a legalidade, como será explicitado em tópico seguinte.”*

2.2.2. Dos fundamentos:

Além dos fundamentos de suas razões recursais listados abaixo, a interessada recorrente aponta requisitos técnicos como não atendidos pela recorrida, conforme sintetizado adiante na tabela 2 (comparativo dos itens recorridos) do item 3.2.

- a. *“A análise e classificação da Interessada Recorrida configura afronta aos princípios da vinculação ao edital e do julgamento objetivo previstos no art. 31 da Lei no 13.303/2016, tendo em vista que tal decisão técnica não observou, com exatidão, os critérios técnicos exigidos no Edital.”*
- b. *“Sob esse enfoque, a documentação apresentada pela Interessada Recorrida não comprovou o pleno atendimento das exigências técnicas editalícias, razão pela qual jamais*

poderia ter sido declarada “vencedora”, com atingimento de 100% dos itens requeridos em edital.”

- c. *“O julgador desconsiderou inteiramente os requisitos estatuídos no item B.2 e seguintes do Edital, violando, desse modo, o princípio da vinculação ao edital, o qual regulamenta que o administrador deve se submeter exatamente ao que foi previsto no instrumento convocatório.”*
- d. *“Além disso, houve violação também ao princípio do julgamento objetivo, amparado pelo mesmo art. 31º da Lei nº 13.303/2016, diante da indevida avaliação documental, sob a ótica normativa.”*
- e. *“No caso, a indevida flexibilização de norma realizada pelo julgador, caracterizada na aceitação de descumprimento de requisito técnico referente às exigências contidas no item B.2 do edital, gerou consequente violação ao dever de julgar objetivamente a documentação apresentada pela Interessada Recorrida, configurando, enfim, ilegalidade da decisão que a Habilitou.”*
- f. *“Note-se, ainda, que a flexibilização de normas acarreta também violação à isonomia, visto que configura o favorecimento indevido à Interessada Recorrida.”*

2.2.3. Do pedido:

- a. *“Assim sendo, impõe-se o reconhecimento da inobservância dos itens do edital cometida pela PENTAGONO, a qual demonstrou não possuir capacidade para execução do objeto deste Edital, por ser medida necessária ao restabelecimento da legalidade deste certame.”*
- b. *“Pelos motivos acima exposto, configura-se demonstrando que a PENTAGONO não apresentou todas as evidências para comprovar o atendimento aos requisitos técnicos, de modo que deve ser a SONDA a empresa a explorar a oportunidade de negócio de Solução de Gestão de Contratos e Processos, por obter a maior pontuação nos requisitos de qualificação Técnica.”*
- c. Ante o exposto, a empresa SONDA PROCWORK INFORMÁTICA LTDA. requer a anulação da decisão classificou a PENTAGONO TECNOLOGIA DA INFORMACAO EIRELI, por sua inaptidão técnica.
- d. Nestes termos, pede e espera deferimento.

2.3. Tempestividade das contrarrazões

Considerando o prazo de 24/01/2022 a 31/01/2022 para apresentação de contrarrazões de recurso administrativo, constata-se que as contrarrazões apresentadas pela interessada recorrida devidamente encaminhado na data limite de 31/01/2021, foi tempestivo.

2.4. Síntese das contrarrazões

Em suas contrarrazões recursais, a interessada recorrida PENTÁGONO TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA alega:

2.4.1. Dos fatos:

- a. *"[...] vem respeitosamente perante a autoridade administrativa, interpor a presente contrarrazão, proferida pela empresa Sonda Procwork LTDA, no Chamamento Público em epígrafe, pelos fundamentos de fato e de direito a seguir articulados, oportunidade em que no final, requererá."*

2.4.2. Dos fundamentos:

Além dos fundamentos de suas contrarrazões recursais listados abaixo, a interessada recorrida busca refutar cada um dos requisitos técnicos apontados como não atendidos nas razões recursais da recorrente, conforme sintetizado adiante na tabela 2 (comparativo dos itens recorridos) do item 3.2.

- a. *"A empresa Pentágono TI Informática preencheu a todos os requisitos do edital, bem como o processo transcorreu, de acordo com os princípios mencionados, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da legalidade, da isonomia no trato entre as empresas partícipes do Chamamento Público 1405/2021. Princípios constantes no art. 28, § 3º, inc. II e § 4º, da Lei 13.303/2016 e no art. 17 do Regulamento de Contratação de Parcerias em Oportunidade de Negócio do Serpro."*
- b. *"Assim sendo, não procedem as razões recursais da Recorrente, não passando de mero expediente protelatório a fim de prejudicar o interesse público de utilizar a ferramenta tecnológica, que se apresentou compatível com a demanda da administração pública."*

2.4.3. Dos pedidos:

- a. *"[...] amparada na lei e demais dispositivos legais, embasadores e fundamentadores da presente contrarrazão, REQUER a recorrente de Vossa senhoria , o que se segue:"*
- b. *"Seja indeferido em todos os seus termos o recurso apresentado pela empresa Sonda Procwork Informática LTDA, e por isso mesmo atendidos os pedidos, para imposição e prevalência da Lei, da doutrina e dos princípios da Administração Pública, insculpidos no ordenamento jurídico pátrio, mantendo o resultado da pontuação da empresa Pentágono Tecnologia da Informação, a qual manteve a maior pontuação nos requisitos de qualificação técnica, e por isso restou selecionada no presente chamamento público."*

3. Parecer Técnico

Nesta seção, será apresentado o parecer técnico da Comissão Especial quanto aos fundamentos da razão de recurso da recorrente, em síntese:

- Afronta ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório;
- Violação do princípio do julgamento objetivo;
- Violação da isonomia devido a configuração de favorecimento.

3.1. Quanto ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório

Conforme previsto no instrumento convocatório, a Comissão Especial avaliou o cumprimento dos requisitos técnicos a partir da análise contextualizada das evidências apresentadas por ambas interessadas em suas propostas técnicas.

Anexo B

B.1.1 A INTERESSADA habilitada pelas disposições deste Edital deverá cumprir os requisitos para qualificação técnica apresentando proposta completa contendo:

B.1.1.3 Evidência de atendimento aos requisitos de qualificação técnica da solução proposta;

B.1.1.3.1 A evidência de atendimento aos requisitos de qualificação técnica deverá ser comprovada através do encaminhamento da planilha "SERPRO_GCP_PLANILHA-REQUISITOS-QUALIFICACAO-TECNICA" em formato .xlsx devidamente preenchida, "Referida planilha integra a Minuta de Edital como documento complementar ao presente Anexo B.

A recorrente ao discordar da avaliação realizada em suas razões recursais, cita expressamente os requisitos técnicos B.2.1, B.2.11, B.2.14, B.2.18, B.2.19, B.2.21 e B.2.28, evidenciando que a avaliação foi realizada estritamente vinculada ao instrumento convocatório. Dessa forma, resta demonstrado que a alegação da recorrente de afronta ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório não procede.

3.2. Quanto ao princípio do julgamento objetivo e isonomia

A avaliação realizada pela Comissão Especial, quanto ao cumprimento dos requisitos técnicos recorridos B.2.1, B.2.11, B.2.14, B.2.18, B.2.19, B.2.21 e B.2.28 foi objetiva, considerando apenas as evidências apresentadas pela recorrida em sua proposta técnica, sem flexibilização de nenhuma forma.

Os elementos visuais (telas da solução demonstrando os requisitos técnicos) e textuais (explicando o funcionamento dos requisitos na solução) evidenciaram a aderência dos requisitos à solução proposta.

Conforme atas das reuniões autuadas no processo publicado no sítio do SERPRO a Comissão Especial, realizou audiência para ratificar a qualificação técnica com as interessadas.

Na tabela abaixo, constam a síntese dos itens das razões e contrarrazões de recursos, no qual, é demonstrado o apontamento objetivo das evidências constantes na proposta técnica da recorrida.

Item	Síntese Razões Sonda	Síntese Contrarrazões Pentágono
------	----------------------	---------------------------------

B.2.1	[...] Não se mostram explícitas as interoperabilidades diretas entre os bancos de dados. [...]	[...] Na página 21 da Proposta Técnica, [...], que trata a interoperabilidade das aplicações com banco de dados. Na janela modal ao centro, podemos observar o campo BANCO DE DADOS e caminho da interoperabilidade com banco de dados jdbc:mysql://user:password@gateway ... [...]
B.2.11	[...] O Saldo de vigência contratual referido no item B.2.11 não acompanha e mesma temporalidade dos saldos de empenhos que são de janeiro a dezembro de cada ano. [...]	[...] Na página 65, o encontro de contas também é demonstrado mês a mês. Com todas as informações consolidadas pontualmente, demonstrando a temporalidade que vai do período de Fevereiro de 2019 à junho de 2020, contradizendo o que a Recorrente alegou. A temporalidade são requisitos que já foram atendidos nos itens: B.2.6, B.2.7, B.2.8 E B.2.9. [...]
B.2.14	[...] verifica-se que uma tela que mostre o histórico de renovações não demonstra uma inteligência de identificação, pois a capacidade de decisão está no usuário. [...]	[...] o sistema possui algoritmo que identifica automaticamente o range de competências, o valor da parcela e se são elegíveis ao processo de fiscalização continuada. Além disso, o sistema é capaz de eliminar Termos Aditivos que não são de tempo, redundantes e etc. Neste caso, note que existem dois termos aditivos, e apenas um é elegível para instruir o cronograma de fiscalização do caso de uso. " [...]
B.2.18	[...] conforme se verifica, claramente não está explícito fator multiplicador de reincidência. [...]	[...] não observou mais detalhadamente a tela da página 166, que é exibida novamente abaixo. Note que a figura tem marcado em vermelho o MULTIPLICADOR DE OCORRÊNCIA. [...]
B.2.19	[...] não está explícito a hierarquia de aplicação de parâmetros de fiscalização de forma unificada, que se aplica descentralizadamente e depois é gerenciada centralizadamente. [...]	[...] Os resultados da medição centralizada e das descentralizadas se dá com a execução e consolidação de todas as medições daquela determinada medição contratual. Assim, a hipotética Medição: 8/31 do Contrato: 001/2021, cujo Termo Aditivo: 2/2021, e Unidades Descentralizada: DRF-Goiânia, do Fornecedor: Eletroduta Engenharia LTDA, foi o exemplo da execução da Fiscalização Eletrônica - IMR, que consta da nossa Proposta Técnica para atender o Item B.2.15. [...]
B.2.21	[...] não está explícita a convergência e consolidação dos resultados de uma determinada medição central e das descentralizadas. [...]	[...] Os resultados da medição centralizada e das descentralizadas se dá com a execução e consolidação de todas as medições daquela determinada medição contratual. Assim, a hipotética Medição: 8/31 do Contrato: 001/2021, cujo Termo Aditivo: 2/2021, e Unidades Descentralizada: DRF-Goiânia, do Fornecedor: Eletroduta Engenharia LTDA, foi o exemplo da execução da Fiscalização Eletrônica - IMR, que consta da nossa Proposta Técnica para atender o Item B.2.15. [...]
B.2.28	[...] não está explícito casos em andamento que foram atribuídos a seu departamento. Ainda, não está explícito que usuários administradores podem ver todos os casos, identificar gargalos, delegar, priorizar e outras atividades gerenciais. [...]	[...] Na figura acima, extraída da página 195 da Proposta Técnica, podemos observar que o usuário logado no Sistema é: Leonardo Aguiar. [...] [...] Desta forma, apenas usuários com Perfil: Fiscal Administrativo, podem iniciar, gerenciar um caso de parametrização e receber atribuições. [...] [...] Conforme pode ser observado na página 156, um elemento do "tipo combo", lista apenas fiscais técnicos designados. [...]

Tabela 2: comparativo dos itens recorridos

Em suas contrarrazões de recurso, a recorrida apresenta ampla explicação sobre o atendimento aos requisitos técnicos recorridos sem, no entanto, acrescentar de forma extemporânea novas evidências comprobatórias.

Dessa forma, resta demonstrado que a alegação da recorrente de avaliação e flexibilização indevida, configurando falta de isonomia por parte desta Comissão Especial, não procede.

4. Conclusão

O edital de chamamento público para seleção de parceiro privado PSPP nº 1405/2021 transcorreu de forma aberta e dialógica, observando em especial o princípio da isonomia, de modo que foi oportunizado as interessadas o saneamento de defeitos, diligências, esclarecimentos, ajustes, correções e apresentação de documentos de forma equânime.

A avaliação realizada no processo classificatório obedeceu aos princípios da vinculação ao instrumento convocatório, da avaliação objetiva e da isonomia.

Após a publicação do resultado classificatório, em observância ao princípio do contraditório e da ampla defesa, razões e contrarrazões de recurso foram recebidas e avaliadas igualmente.

Em todas as etapas os procedimentos adotados garantiram a preservação dos princípios constitucionais que regem a atividade empresarial da Administração Pública.

Por fim, o pleito da recorrente de anulação da decisão que classificou a recorrida por inaptidão técnica não apresentou fundamentação apta a ensejar qualquer alteração na forma de condução do presente Chamamento Público.

Ante o exposto, e considerando a necessidade da observância desses princípios, conclui-se pelo indeferimento do Recurso, conforme os fundamentos delineados no presente parecer técnico.